

PC EM FOCO

Observatório de Política Comercial

11

Novembro de 2012

Introdução

A divulgação do relatório da OMC sobre medidas comerciais nos países do G20, em 31 de outubro, causou celeuma: de um lado trouxe a informação de que houve um arrefecimento no número de novas medidas protecionistas adotadas pelos países do grupo. De outro, mostra o Brasil em larga vantagem no ranking dos países que mais iniciaram investigações de antidumping, tendo sido responsável por 27 das 77 investigações de antidumping abertas pelos países do G20 entre maio e setembro de 2012. >>

Nas semanas anteriores, a discussão sobre o aumento do protecionismo no Brasil havia ocupado espaço importante no debate nacional. Às acusações de que o país está recorrendo crescentemente a medidas de proteção, ultrapassando, em alguns casos, a linha da ilegalidade em relação a suas obrigações na OMC, o governo brasileiro reage argumentando que age no limite das normas multilaterais de comércio e que nada mais faz do que defender a indústria nacional das medidas protecionistas dos demais.

Não resta dúvida de que o Brasil vem recorrendo de forma mais intensa a medidas de proteção desde meados de 2010. O arsenal de instrumentos que vêm sendo utilizados é variado e inclui, entre outros, a elevação de tarifas de importação, medidas antidumping, medidas não tarifárias e o amplo recurso à exigência de conteúdo nacional para acesso preferencial a compras governamentais ou a incentivos fiscais e creditícios. Há, ainda, o tradicional apoio especial à indústria automotiva, reformado e ampliado, recentemente, sob o rótulo de Inovar-Auto, a nova política para o setor que vigorará no período 2013-2017.

Mais importante do que a discussão sobre o lugar que o Brasil ocupa no ranking dos países protecionistas é avaliar os impactos que as medidas recentes terão sobre a competitividade e o desempenho da indústria brasileira. Também importante é garantir que as medidas adotadas respeitem as regras da OMC, das quais o Brasil é signatário. Mas o fato de uma medida estar de acordo com as normas da OMC não a transforma em iniciativa positiva, quando avaliada sob a ótica dos seus impactos sobre a competitividade da indústria.

Exemplo recente de medida protecionista que pode ter efeitos deletérios sobre a competitividade da indústria brasileira foi a elevação das tarifas de importação para 100 produtos, de acordo com a Resolução CAMEX de 28 de setembro (imple-

mentando a Decisão 39/11 do Mercosul). A média das tarifas aplicadas aos 100 produtos incluídos na lista antes da Decisão era de 13,7%. Essa média foi elevada para 23,6% – um aumento de cerca de dez pontos percentuais. A composição da lista é surpreendente para quem está preocupado com questões de competitividade: com exceção das batatas, talhezes e alguns tipos de papéis, os demais produtos da lista são insumos (químicos e siderúrgicos, em sua maioria), partes e peças para produtos diversos e bens de capitais.

Se essas tarifas já são elevadas em termos absolutos, a comparação com os níveis vigentes em outros países emergentes as torna ainda mais surpreendentes. Na África do Sul, a média das tarifas desses 100 produtos é 5,0%; na China, 7,5%; na Coreia do Sul, 5,1%; na Índia, 8,5%, no México, 4,5% e na Turquia, 3,7%.

Nos doze meses terminados em setembro, as importações desses 100 produtos representaram 4,14% do valor total importado pelo Brasil. Em oito dos 21 capítulos que tiveram produtos incluídos na lista, os itens cujas tarifas foram aumentadas representaram mais de um quarto do total de importações do capítulo. É curioso observar que as importações de boa parte desses produtos, que haviam apresentado forte expansão durante o ano de 2011, apresentaram crescimento negativo no período de outubro de 2011 a setembro de 2012, suscitando dúvidas quanto à relevância das pressões competitivas que os produtores domésticos continuariam sofrendo. Apenas nos casos de obras de ferro ou aço e de partes para calçados as importações continuaram crescendo em ritmo acelerado no ano em curso.

Sempre se pode argumentar que os impostos de importação dos insumos e partes e peças podem ser rebatidos, por meio do uso do drawback, se os produtos que os utilizam forem exportados. Portanto, a

competitividade das exportações não seria prejudicada. Mas nem todas as empresas conseguem fazer uso desse instrumento e, se as vendas forem destinadas ao mercado doméstico, os impostos pagos sobre os insumos não serão rebatidos. Resultado: as medidas implementadas pelo governo em 28 de setembro irão exacerbar as desvantagens comparativas das indústrias produtoras de bens finais em relação às suas congêneres no resto do mundo.

A preocupação com os impactos das medidas de proteção sobre a competitividade industrial cresce quando se considera a composição setorial dos produtos que vêm sendo alvo de investigações e de medidas antidumping. Neste caso, 93% das investigações abertas desde 2008 envolvem produtos intermediários – os principais beneficiários da elevação de tarifas implementada pela CAMEX. Não é provável que o aumento da proteção desses produtos contribua para a competitividade da indústria brasileira, principalmente dos produtos a jusante nas cadeias produtivas que empregam esses insumos, partes e peças ou bens de capital.

PC em Foco

Observatório de Política Comercial*

Brasil

I. Acompanhamento da implementação das medidas de comércio exterior e apoio aos investimentos e à produção adotadas pelo governo brasileiro de agosto a novembro de 2012

A) Medidas de apoio à exportação

No período analisado, não houve alterações relevantes na política de incentivo às exportações. A notícia mais expressiva foi a conversão da Medida Provisória 563/12 na Lei 12.715/12, que eleva o número de empresas consideradas exportadoras para fins de isenção de imposto na compra de insumos, componentes, partes e peças, ao reduzir a porcentagem das exportações na receita bruta das empresas, permitindo que mais empresas se encaixem nesse perfil.

i) Desoneração Tributária:

- Alteração na definição de empresa exportadora

A Lei nº 12.715 de 17 de setembro de 2012 ratificou a Medida Provisória nº 563 de 04 de abril de 2012, alterando a definição de empresa preponderantemente exportadora, que passa a ser classificada como aquela cuja receita bruta decorrente da exportação tenha sido superior a 50% da receita bruta total (antes o percentual era 70%). Com isso, aumenta o número de empresas beneficiadas com a suspensão do pagamento de IPI, PIS e COFINS que passam a acumular crédito fiscal.

- Uma questão relevante para a política de apoio à exportação está mobilizando debates no âmbito do governo brasileiro: a prorrogação ou não do Reintegra – incentivo fiscal que garante às empresas a devolução ou a compensação no imposto a pagar de montante equivalente a 3% das receitas com operações de exportações. Criado no bojo do Programa Brasil Maior, em agosto de 2011, o instrumento tem validade até dezembro de 2012. O governo enfrenta agora o dilema de prorrogar a aplicação do incentivo, atendendo aos pedidos dos exportadores e arcando com a renúncia fiscal correspondente em período de queda de arrecadação, ou manter a programação atual e deixar caducar o instrumento, reduzindo as medidas de apoio às exportações de manufaturados, que vêm apresentando fraco desempenho.

B) Medidas de estímulo ao investimento e à produção

i) Financiamento:

- Redução das taxas de juros do subprograma Bens de Capital do Programa BNDES PSI (Circular nº 55/2012 de 06 de setembro de 2012 e

* Os dados disponíveis no PC em Foco nº 11 incluem informações disponíveis de 11 de agosto de 2012 até 09 de novembro de 2012.

Circular nº 62/2012 de 16 de outubro de 2012). A taxa de juros de todas as linhas do programa foi reduzida para 2,5% a.a. para financiamentos contratados até 31 de dezembro de 2012. Tal redução transforma em negativas as taxas de juros reais cobradas nos financiamentos do BNDES. As taxas praticadas anteriormente variavam de 5,5% a 7,7%.

- Redução da taxa de juros do Procaminhoneiro. A circular nº 56/2012 de 06 de setembro de 2012 reduziu a taxa de juros para o programa BNDES Procaminhoneiro nos mesmos moldes da redução dos financiamentos para bens de capital. A taxa foi reduzida de 5,5% a.a. para 2,5% a.a. até 31 de dezembro de 2012.
- Renovação do programa BNDES BK Usados – O programa tem como objetivo o financiamento à aquisição de máquinas-ferramenta com até três anos de fabricação; caminhões, chassis, caminhões-tratores, carretas, cavalos-mecânicos, reboques, semirreboques com até cinco anos de fabricação; e carrocerias para caminhões e aeronaves com até dez anos de fabricação, todos usados e de fabricação nacional. A taxa de juros será formada pelo somatório do custo financeiro (TJLP + 1,0% a.a.), da remuneração básica do BNDES (1,8% a.a.), da taxa de intermediação financeira (0,5% a.a.) e da remuneração da instituição financeira credenciada (a ser negociada com o agente financeiro). (Circular nº 60/2012 de 28 de setembro de 2012).

ii) Concessão de preferências em compras governamentais:

- Estabelecimento de margem de preferência que varia de 14% a 17% em licitações públicas para aquisição de caminhões, furgões e implementos rodoviários, e de 14% para reboques fabricados

no país (Decreto 7.816, de 28 de setembro de 2012). A medida permanecerá em vigor até 31 de dezembro de 2013.

- Modificação na lista de requisitos específicos do Regime de origem para compras governamentais (Portaria 222 de 28 de setembro de 2012), com alteração de regras para alguns itens.

iii) Desoneração tributária:

- Desoneração da folha de pagamentos: A medida provisória 582 de 20 de setembro de 2012 modificou a lista de produtos beneficiados com a eliminação da contribuição patronal do INSS de 20% sobre a folha de pagamentos. A nova lista abrange 4.290 produtos – 3.312 constantes na lista anterior e 978 novos. São produtos de origem animal, da indústria alimentícia, produtos minerais, químicos, plásticos, peles e couros, madeira, papéis, têxteis, calçados, cimento, produtos cerâmicos, vidro, metais comuns, máquinas e equipamentos, material de transporte, aparelhos óticos, móveis e brinquedos. Esses produtos passam a contribuir com a alíquota de 1% sobre o faturamento. Dois produtos contidos na lista anterior (definida pela Medida provisória 563 e ratificada pela Lei nº 12.715 de 17 de setembro de 2012) foram excluídos do benefício. A medida passa a vigorar em 1º de janeiro de 2013.

iv) Novo regime automotivo:

- O Decreto nº 7.819 de 03 de outubro de 2012 regulamentou o novo regime automotivo, Inovar-Auto (instituído pela Medida provisória 563 e ratificado na Lei nº 12.715 de 17 de setembro de 2012, artigos 40 a 44). São beneficiárias do regime as empresas que produzem tratores, automóveis, ônibus e caminhões no país, que comercializem tais produtos ou que tenham pro-

jetos de investimentos para instalação de fábricas desses produtos no Brasil.

- Como previsto na MP 563 (Vide PC9), os benefícios incluem a concessão de crédito presumido de IPI, relativo a dispêndios em P&D e em engenharia, além da isenção do aumento de 30% do IPI promovido anteriormente por meio do Decreto nº 7.567 de 15 de setembro de 2011.
- Foi alterada a quantidade de veículos importados que dará direito ao crédito presumido do IPI, para o caso das empresas que tenham projetos de investimentos para instalação de fábricas no Brasil. Em Decreto anterior (7.716 de 03 de abril de 2012) esse percentual era de 50% da capacidade de produção anual prevista no projeto de investimento aprovado. A partir da sanção do Decreto nº 7.819 de 03 de outubro de 2012, esse percentual passa a ser de um vinte e quatro avos da capacidade de produção anual prevista no projeto de investimento aprovado, multiplicado pelo número de meses restantes no ano-calendário, incluindo-se o mês da habilitação.
- A habilitação ao Inovar-Auto fica condicionada ao compromisso da empresa solicitante de atingir níveis mínimos de eficiência energética em relação aos produtos comercializados no país. As empresas que não produzem, mas comercializam veículos no país também poderão habilitar-se ao programa, desde que realizem dispêndios em pesquisa e desenvolvimento correspondentes a percentuais que vão de 0,15% (em 2013) a 0,5% (em 2017) de sua receita bruta total de vendas, excetuados os impostos; realizem dispêndios em engenharia, tecnologia industrial básica e capacitação de fornecedores correspondentes a percentuais que vão de 0,5% (em 2013) a 1% (em 2017) de sua receita bruta total de vendas, excetuados os impostos; e adiram ao Programa de Etiqueta-

gem Veicular definido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior com percentuais mínimos de produtos a serem etiquetados de 36% (em 2013) a 100% (em 2017).

- Já as empresas que produzem no país, além de estarem sujeitas às mesmas regras das empresas que apenas comercializam veículos no país, devem ainda realizar uma quantidade mínima de atividades fabris e de infraestrutura de engenharia dispostas no decreto, em pelo menos 80% dos veículos fabricados, conforme o cronograma estabelecido pelo Decreto. Por outro lado, essas empresas podem eleger dois entre os três requisitos a que estão sujeitas as empresas que comercializam mas não produzem automóveis no país. O Novo regime automotivo estará em vigor até 31 de dezembro de 2017.

II. Outras medidas de proteção

A) Proteção tarifária

Ampliação da Letec

Entrou em vigência por meio da Resolução Camex nº 70 a elevação da alíquota ad valorem para 100 produtos que foram incluídos na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum – Letec –, em conformidade com a decisão CMN 39/11. Os países do Mercosul já decidiram aumentar em mais 100 posições a Letec, por meio da decisão CMN 25/12, totalizando 200 produtos, mas somente a primeira decisão foi internalizada pelo governo brasileiro até o momento.

A composição da lista abrange desde batatas, talheres e alguns tipos de papéis, até insumos (químicos e siderúrgicos em sua maioria), partes e peças para produtos diversos e bens de capitais. A média das tarifas aplicadas aos 100 produtos foi elevada de 13,7%

para 23,6%, um aumento de 10 pontos percentuais. Comparados com possíveis concorrentes nos mercados internacionais para produtos manufaturados brasileiros, os níveis de proteção para esses produtos

são muito elevados. Na África do Sul, a média das tarifas desses 100 produtos é 5,0%; na China, 7,5%; na Coreia do Sul, 5,1%; na Índia, 8,5%, no México, 4,5% e na Turquia, 3,7%.

Quadro 1
Ampliação da Letec

Elevação tarifária			
Capítulo da TEC e Descrição	Número de produtos	Tarifa média anterior	Tarifa média atual
20 - Preparações de produtos hortícolas, de frutas ou de outras partes de plantas.	1	14%	25%
27 - Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais.	1	2%	22%
29 - Produtos químicos orgânicos.	6	11%	19%
34 - Sabões, agentes orgânicos de superfície, preparações para lavagem, preparações lubrificantes, ceras artificiais, ceras preparadas, produtos de conservação e limpeza, velas e artigos semelhantes, massas ou pastas para modelar, "ceras para dentistas" e composições para dentistas à base de gesso.	2	0%	20%
37 - Produtos para fotografia e cinematografia.	2	14%	20%
38 - Produtos diversos das indústrias químicas.	2	14%	20%
39 - Plásticos e suas obras.	20	15%	20%
40 - Borracha e suas obras.	6	15%	25%
48 - Papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de cartão.	6	14%	25%
55 - Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas.	1	18%	25%
64 - Calçados, polainas e artefatos semelhantes; suas partes.	2	18%	25%
69 - Produtos cerâmicos.	3	10%	25%
70 - Vidro e suas obras.	4	11%	23%
72 - Ferro fundido, ferro e aço.	11	13%	25%
73 - Obras de ferro fundido, ferro ou aço.	6	14%	25%
74 - Cobre e suas obras.	2	14%	25%
76 - Alumínio e suas obras.	6	12%	22%
84 - Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes.	10	14%	25%
85 - Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios.	9	17%	25%
86 - Veículos e material para vias férreas ou semelhantes, e suas partes; aparelhos mecânicos (incluindo os eletromecânicos) de sinalização para vias de comunicação.	3	14%	25%
90 - Instrumentos e aparelhos de óptica, de fotografia, de cinematografia, de medida, de controle ou de precisão; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; suas partes e acessórios.	1	0%	14%

Elevação tarifária

No período analisado, foram elevadas as tarifas de doze produtos em função da inclusão dos mesmos na Lista Brasileira de Exceções de Bens de Informática e Telecomunicações (Lebit). A elevação tarifária segue a decisão CMN 57/10 do Mercosul, que permite aplicar, até 2015, alíquotas do imposto de importação diferentes das estabelecidas na TEC para tais produtos. O MDIC argumenta que levou em conta a estrutura tarifária das cadeias produtivas envolvidas e as diretrizes do Plano Brasil Maior para assumir a posição de proteger o setor de informática.

Além dos produtos de informática, foram elevadas as tarifas de mais três produtos através da revogação de ex-tarifários. São eles: reatores de hidrotratamento de diesel, máquinas rotuladoras lineares e máquinas automáticas para etiquetagem de garrafas e frascos – todos eles bens de capital. Nesse período, algumas tarifas também foram elevadas devido a sua exclusão da Letec: as máquinas para limpar ou selecionar ovos, frutas ou outros produtos agrícolas tiveram sua tarifa elevada a 14%; e quatro medicamentos tiveram suas tarifas elevadas de 0% para 8%.

Quadro 2
Elevações tarifárias

Elevação tarifária		
Produtos	Medida	Ato legal
Equipamentos de alimentação ininterrupta de energia – NCM: 8504.40.40 Cartões de memória – NCM: 8523.51.10 Circuitos impressos – 10 itens do Cap. 85	Elevação tarifária de 14% para 20%; Elevação tarifária de 0% para 16%; Elevação tarifária de 10% para 12%.	Inclusão na Lista Brasileira de Exceções de Bens de Informática e Telecomunicações (Lebit) Resolução Camex n° 59 de 20/08/2012
Reatores de hidrotratamento de diesel instável – NCM:8419.89.99 Máquinas rotuladoras lineares – NCM: 8422.30.10	Elevação tarifária de 2% para 14%	Revogação de ex-tarifário Resolução Camex n° 68 de 21/09/2012
Máquinas automáticas para etiquetagem de garrafas e frascos – NCM: 8422.30.29	Elevação tarifária de 2% para 14%	Revogação de ex-tarifário Resolução Camex n° 74 de 29/10/2012
Com capacidade superior ou igual a 36.000 ovos por hora – NCM: 8433.60.21	Elevação tarifária de 0% para 14%	Exclusão na lista de exceção da TEC Resolução Camex n° 76 de 29/10/2012
Outros – Ex. 002 – Contendo isotretinoína – NCM: 3004.50.90 Outros – Ex 006 - Contendo gabapentina – NCM: 3004.90.39 Outros – Ex. 029 - Contendo risedronato de sódio – NCM: 3004.90.69 Outros – Ex 032 - Contendo rivastigmina – NCM: 3004.90.69	Elevação tarifária de 0% para 8%	Exclusão na lista de exceção da TEC Resolução Camex n° 76 de 29/10/2012

Redução da tarifa

Ainda sob o efeito da Resolução Camex nº 17, que eliminou a possibilidade de concessão do benefício aos “sistemas integrados”, provocando o desmembramento dos pleitos em produtos separados, foram criados mais 1.220 ex-tarifários por meio de seis resoluções da Camex (Res. nº 60, 61, 68, 69, 74 e 75), dos quais 3,4% em setores de BIT e 96,6% em BK.

Além do grande número de ex-tarifários, a Camex também aprovou reduções tarifárias por razões de desabastecimento, todas elas limitadas por cotas quantitativas. Houve ainda reduções tarifárias devido a alterações na Letec. Foram excluídos da Letec dois produtos: os aparelhos de ar-condicionado do tipo split-system e as unidades condensadoras de ar que tiveram a tarifa reduzida a 18%. Já os veículos de combate a incêndio tiveram a tarifa reduzida a zero, após o produto ser incluído na Letec.

Quadro 3 Reduções tarifárias

Redução tarifária		
Ex-tarifário		
Produtos	Medida	Ato legal
- Bens de Capital – 501 itens dos Caps. 84; 85; 86; 87; 89 e 90 - Bens de Capital – 350 itens dos Caps. 82; 84; 85; 86; 87 e 90 - Bens de Capital – 322 itens dos Caps. 73; 84; 85; 86; 87 e 90.	- Redução tarifária de 14% para 2% - Redução tarifária de 14%; 12% e 10% para 2% - Redução tarifária de 10% e 14% para 2%	Criação de ex-tarifário Resolução Camex nº 60 de 20/08/2012 Resolução Camex nº 68 de 21/09/2012 Resolução Camex nº 74 de 29/10/2012
- Combinações de máquinas para produção de clínquer – NCM: 8417.10.90	- Redução tarifária de 14% para 2%	Criação de ex-tarifário Resolução Camex nº 60 de 20/08/2012
- Bens de capital ligados à transmissão de sinais de televisão digitais – NCMs: 8525.50.29; 8525.60.90; 8528.49.21; 9030.89.90.	- Redução tarifária de 2% para 0%	Redução do imposto incidente sobre ex-tarifário Resolução Camex nº 68 de 21/09/2012
- Bens de informática e telecom. – 28 itens dos Caps. 84; 85 e 90 - Bens de Informática e telecom. – 6 itens dos Caps. 85 e 90 - Bens de Informática e telecom. – 7 itens do Cap. 85	- Redução tarifária de 16%; 14%; 12% e 6% para 2% - Redução tarifária de 16%; 14%; 12%; 10%; 8% e 6% para 2% - Redução tarifária de 14% e 12% para 0%	Criação de ex-tarifário Resolução Camex nº 61 de 20/08/2012 Resolução Camex nº 69 de 21/09/2012 Resolução Camex nº 75 de 29/10/2012
- Impressoras de grande formato – NCM: 8443.32.99	- Redução tarifária de 16% para 2%	Criação de ex-tarifário Resolução Camex nº 75 de 29/10/2012
Razões de desabastecimento		
Produtos	Medida	Ato legal
- Dióxido de titânio – NCM: 2823.00.10	- Redução tarifária de 10% para 2% limitada à cota de 6 mil toneladas	Razões de desabastecimento Resolução Camex nº 63 de 03/09/2012
- Filme de polipropileno biaxialmente orientado – NCM: 3920.20.19	- Redução tarifária de 16% para 2% limitada à cota de 960 toneladas	Razões de desabastecimento Resolução Camex nº 72 de 02/10/2012
- Módulo sincronizado para movimentação de carga – NCM: 8428.90.90	- Redução tarifária de 14% para 2% limitada à cota de 6 unidades	Razões de desabastecimento Resolução Camex nº 72 de 02/10/2012
- De amêndoa de palma (palmiste) – NCM: 1513.29.10	- Redução tarifária de 10% para 2% limitada à cota de 223.365 toneladas	Razões de desabastecimento Resolução Camex nº 73 de 17/10/2012
- Sardinhas e anchoveta – NCM: 0303.53.00	- Redução tarifária de 10% para 2% limitada à cota de 50 mil toneladas	Razões de desabastecimento Resolução Camex nº 58 de 20/08/2012 Resolução Camex nº 73 de 17/10/2012
- Chapas grossas de aço carbono, com espessuras variando de 28,0 mm a 31,0 mm – NCM: 7208.51.00	- Redução tarifária de 12% para 2% limitada à cota de 8 mil toneladas	Razões de desabastecimento Resolução Camex nº 73 de 17/10/2012

Outras motivações		
Produtos	Medida	Ato legal
- Ar-condicionado do tipo split-system e Unidades condensadoras de ar condicionado – NCMs: 8415.10.11 e 8415.90.20	- Redução de 35% e 25% para 18%	Exclusão na lista de exceção da TEC Resolução Camex nº 62 de 23/08/2012
- Veículos de combate a incêndio – NCM: 8705.30.00	- Redução de 35% para 0% limitada à cota de 80 unidades	Inclusão na lista de exceção da TEC Resolução Camex nº 62 de 23/08/2012

B) Medidas de defesa comercial

Abertura de Investigações e Aplicação de Medidas

É substantiva a elevação do número de aberturas de investigação em 2012, confirmando a tendência, já observada, de intensificação do recurso a ações antidumping como instrumento de proteção desde a eclosão da crise internacional de 2008 (aumento de 100% entre janeiro-outubro de 2008 e 2012), como mostram as tabelas 1 e 2.

Tabela 1
Ações antidumping - Brasil*

Ano	Nº de investigações iniciadas	Nº de medidas provisórias	Nº de medidas definitivas
2007 (Jan/Out)	8	7	6
2008 (Jan/Out)	22	6	11
2009 (Jan/Out)	7	7	10
2010 (Jan/Out)	24	0	3
2011 (Jan/Out)	13	6	11
2012 (Jan/Out)	45	3	14

Nota: *Dados referentes a investigações originais; contagem de ações e medidas com base nos pares produtos/país.

Fonte: Decom, MDIC, elaboração própria.

Vale notar que o expressivo aumento no número de aberturas de investigação no período mais recente (de 246% em relação a 2011) pode estar associado ao movimento do setor privado nacional de evitar as maiores exigências de comprovações de dados estabelecidas pela Portaria Secex Nº 46/11, de 29/12/2012, que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012. As 45 ações iniciadas em 2012 correspondem a 14 processos de investigação, dos quais 64% referem-se a petições protocoladas entre novembro e dezembro de 2011.

Não obstante o aumento no atendimento da demanda por abertura de investigações, a proporção dos casos encerrados com aplicação de medidas não evidencia elevação (Tabela 2).

Tabela 2
Brasil - Investigações de dumping encerradas e medidas antidumping aplicadas Janeiro a outubro de 2007 a 2012*

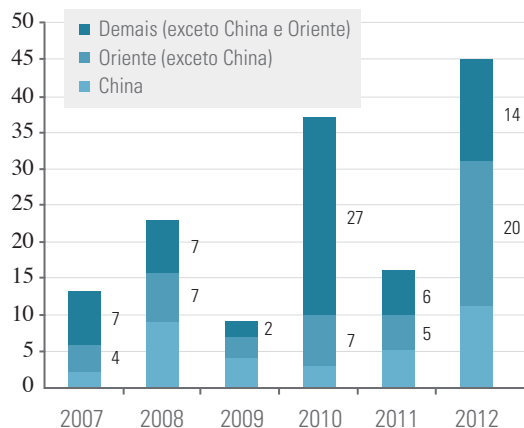
Período	Encerradas	Encerradas com medidas definitivas aplicadas	%
2007	8	6	75%
2008	13	11	85%
2009	16	10	63%
2010	5	3	60%
2011	16	11	69%
2012	29	14	48%

Nota: *Dados referentes a investigações originais; contagem de ações e medidas com base nos pares produtos/país.

Fonte: Decom, MDIC, elaboração própria.

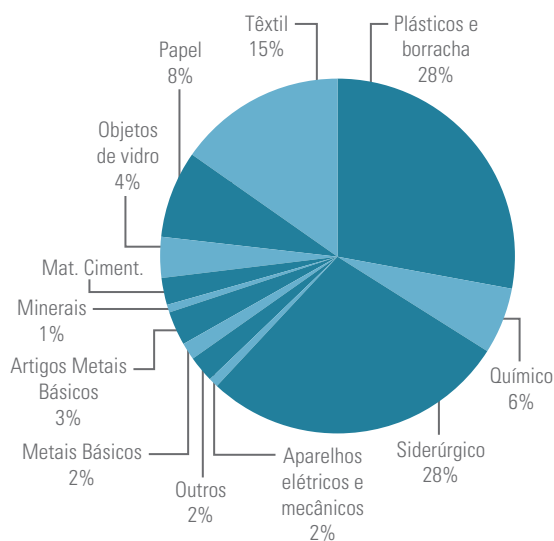
Vale ainda ressaltar a maior cobertura de países afetados por cada produto investigado por prática de dumping, como já evidenciado no PC9. A ampliação do número de países afetados mostra tendência de crescente incorporação dos países asiáticos como alvo das ações iniciadas (Gráfico 1)¹, ainda que com oscilações. Esses países, exceto China, que no período de janeiro a outubro de 2007 foram alvo em 38% das investigações iniciadas pelo Brasil passam a ser afetados, em 2012 (janeiro - outubro), em 44% das ações iniciadas. Distribuição Setorial das Medidas

Gráfico 1
Países afetados por Investigações Antidumping Iniciadas pelo Brasil
(nº de investigações iniciadas, 2007-2012)



Fonte: Decom, MDIC; elaboração própria.

Gráfico 2
Investigações Antidumping - setores afetados
2008 - Out. 2012

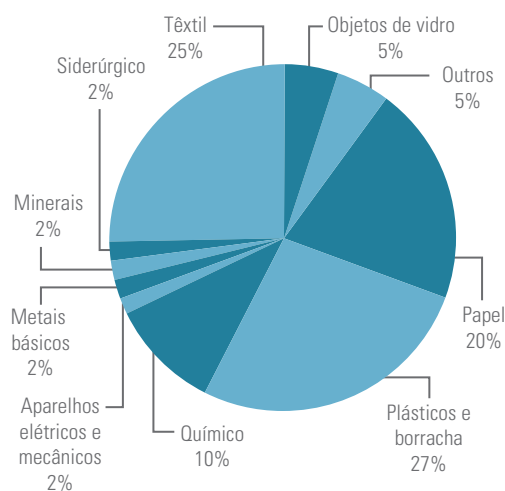


Fonte: Decom, MDIC; elaboração própria.

Distribuição Setorial das Medidas

Do ponto de vista da distribuição dos produtos afetados, no período recente (2008 a outubro de 2012), é significativa a concentração em setores da indústria de produtos intermediários, tanto na abertura de investigações – 93% das aberturas em produtos siderúrgicos, químicos, plásticos e borracha, elétricos e mecânicos, metais básicos, minerais, materiais de cimento, e matérias primas para a indústria de papel e têxtil – como na aplicação de medidas: 88% das medidas aplicadas afetaram produtos químicos, plásticos e borracha, siderúrgicos, elétricos e mecânicos, metais básicos, minerais e matérias-primas para a indústria de papel e têxtil (Gráficos 2 e 3).

Gráfico 3
Medidas Antidumping - setores afetados
2008 - Out. 2012



Fonte: Decom, MDIC; elaboração própria.

¹ Coreia do Sul, do Norte, Índia, Indonésia, Tailândia, Taipé China, Taiwan e Vietnã. Fonte: Dados Decom, MDIC, elaboração própria.

Investigação de Salvaguardas de Vinhos

Registra-se ainda que a investigação de salvaguardas nas importações de vinhos, iniciada em março de 2012, foi encerrada em 23 de outubro deste ano segundo Circular SECEX nº 54, a pedido dos petionários. De fato, o que se verificou foi o apoio do governo a um acordo de regulação de mercado por meio do qual os importadores/revendedores se comprometeriam a um percentual mínimo de 25% de venda de produtos nacionais colocados à venda nos supermercados, e de 15% em lojas especializadas. Está previsto um sistema de monitoramento das importações, cujos critérios de implementação não são públicos.

III. Negociações comerciais

Mercosul-União Europeia é a única frente de negociações comerciais preferenciais em que o Brasil está atualmente envolvido. Além dos entendimentos birregionais, está em estágio avançado a possibilidade de lançamento de negociações comerciais com o Canadá. No último mês, a Secretaria de Comércio Exterior lançou duas consultas públicas, buscando identificar os interesses do setor privado nessas duas frentes de negociações.

A) Negociações com a União Europeia e o Canadá

- **Mercosul-União Europeia**

Retomadas em maio de 2010, após seis anos de paralisação, as negociações entre os dois blocos não avançaram senão marginalmente desde então. Após a retomada das negociações houve um entendimento para concentrar os esforços negociadores nas questões normativas do acordo, deixando para a etapa final a troca de

ofertas para acesso a mercados em bens, serviços, compras governamentais e investimentos. Na última reunião do Comitê de Negociações Birregionais (CNB), realizada entre os dias 22 e 26 de outubro em Brasília, os negociadores parecem ter concordado que esta estratégia está esgotada e que é impossível avançar sem passar à fase de intercâmbio de ofertas. Entretanto, os negociadores do lado do Mercosul alegaram necessitar de instruções superiores antes de passar a essa etapa.

Antevendo essa situação, em 25 de setembro de 2012, a Secretaria de Comércio Exterior decidiu abrir consulta pública com o objetivo de atualizar a posição do setor privado brasileiro sobre as negociações birregionais, alegando que a última consulta pública sobre o tema havia sido realizada em janeiro de 2011 (Circular Nº44 de 25/09/2012). O prazo para as respostas à consulta é de 60 dias. Essa iniciativa parece indicar que a movimentação do governo brasileiro para uma etapa de troca de ofertas de acesso a mercados depende, entre outros fatores, da reação do setor privado a esta consulta.

- **Mercosul-Canadá**

Em maio de 2011, o Canadá e o Mercosul lançaram discussões exploratórias sobre a conveniência de iniciar negociações para a conformação de uma área de livre comércio. De acordo com negociadores brasileiros, durante um ano de discussões houve um esforço dos representantes do Mercosul para apresentar ao Canadá as limitações do bloco em uma negociação que envolvesse o modelo NAFTA, que incorpora uma série de temas que vão além dos relativos ao comércio de bens. De modo geral, os negociadores canadenses parecem ter mostrado flexibilidade para acomodar as demandas do

Mercosul em termos de modelo de negociações e de alcance do acordo de livre comércio. Apesar desse exercício ter sido concluído de forma satisfatória para os dois lados, ainda não há decisão final quanto ao lançamento de negociações comerciais propriamente ditas.

Na mesma ocasião em que lançou consulta pública sobre as negociações com a União Europeia, o governo brasileiro divulgou consulta sobre potenciais interesses ofensivos e defensivos do setor privado em relação à abertura de negociações de um Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Canadá (Circular nº 45 de 25/09/2012). O texto da consulta é bastante cuidadoso, chamando a atenção de que se trata de discussões exploratórias para avaliar a possibilidade de lançamento de negociações.

B) Cotas para importação de automóveis do México com preferências tarifárias

No início de 2012 o governo brasileiro demandou a revisão do acordo de preferências tarifárias que o Brasil mantém com o México para produtos do setor

automotivo (Acordo de Complementação Econômica Nº 55- ACE 55). O pedido foi motivado pelo expressivo crescimento das importações de automóveis mexicanos após a implementação dos benefícios concedidos pelo governo brasileiro para o setor automotivo, em setembro de 2011. Em abril de 2012, após dois meses de intensas negociações bilaterais, foram estabelecidas novas condições por meio da Portaria nº 10, de 02/04/2012, que alterou o sistema de distribuição de cotas de importação e limitou as exportações mexicanas com benefício de isenção de impostos ao valor médio verificado nos três anos anteriores: cotas de US\$ 1,45 bilhão, entre março de 2012 e março de 2013 (ver PC9).

Mesmo após a renegociação entre os dois países, as importações brasileiras de automóveis mexicanos continuaram a crescer em ritmo acelerado. Segundo informações da imprensa brasileira, ao menos duas montadoras de automóveis já teriam ultrapassado a cota para o primeiro ano do acordo e estariam pressionando o governo brasileiro para expandi-la. Não houve, até o momento, movimento do governo brasileiro nessa direção, embora após a eleição do novo presidente do México haja sinais dos dois governos no sentido de buscar uma reaproximação.

Mundo

O relatório da OMC de 31/10/2012 “Report on G20 Trade Measures”, registra um arrefecimento no ritmo da adoção de novas medidas restritivas ao comércio desde o período de exame anterior (outubro a maio de 2011 em comparação com maio a outubro 2012). Ainda assim, o relatório continua manifestando preocupação com o ambiente protecionista nos países do G20 após a eclosão da crise financeira de 2008.

As ações de defesa comercial, em particular a abertura de investigações antidumping, continuam sendo a principal medida de comércio invocada. O Brasil é apontado como o país de maior ativismo no período atual, já que, sozinho, respondeu por 35 % do total das ações iniciadas pelos países do G20 entre maio e setembro de 2012. O segundo país no ranking dessas iniciativas foi o Canadá (12%), seguido por Austrália, Indonésia e China (os três com 9%), Argentina (6%) e União Europeia e Índia (5%)². (Tabela 3).

Tabela 3
OMC - Ranking de Abertura de
Investigações Antidumping

País	Maió-Setembro 2011	Maió-Setembro 2012
Argentina	3	5
Austrália	14	17
Brasil	7	27
Canadá	1	9
China	2	7
União Europeia	5	4
Índia	8	4
Indonésia	6	7
Japão	0	1
México	3	1
Rússia	0	1
África do Sul	3	0
Turquia	0	2
Estados Unidos	2	2
Total	54	77

Fonte: OMC, Report on G20 Trade Measures, 31/10/2012, p.7

² OMC, Report on G20 Trade Measures, 31/10/2012, p.7

PC em Foco: Observatório de Política Comercial. Publicação do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento - CINDES
Equipe técnica: Leane Cornet Naidin, Natália Couto de Oliveira, Pedro da Motta Veiga e Sandra Polónia Ríos.